

Banco Randon S.A.

**Demonstrações financeiras
consolidadas do conglomerado
prudencial em 31 de dezembro
de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstração dos resultados	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeira	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3303-6000, Fax +55 (51) 3303-6001
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Acionistas e aos Conselheiros do
Banco Randon S.A.
Caxias do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Randon S.A. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Randon S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 as referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e



cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial da instituição foram elaboradas para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil.

Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa no 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da resolução nº 4.280, CMN, e regulamentações completares do BACEN, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.



Como parte de uma auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBCT A 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 31 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Wladimir Omiechuk'.

Wladimir Omiechuk
Contador CRC RS-041241/O-2

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2016	2015
Circulante		<u>368.350</u>	<u>368.103</u>	Circulante		<u>209.163</u>	<u>203.583</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	<u>17.586</u>	<u>30.914</u>	Depósitos	12	<u>12.430</u>	<u>1.710</u>
Títulos e valores mobiliários	5	<u>63.673</u>	<u>59.956</u>	Depósitos a prazo		12.430	1.710
Carteira própria		24.511	16.956	Obrigações por empréstimo		<u>84.315</u>	<u>104.390</u>
Cotas de fundos de investimento		39.162	43.000	Obrigações por empréstimos e repasses	13	<u>84.297</u>	<u>104.353</u>
Operações de crédito		<u>225.292</u>	<u>225.945</u>	Empréstimos no país		18	37
Setor privado	6a	235.435	230.433	Outras obrigações		<u>112.418</u>	<u>97.483</u>
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6b	(10.143)	(4.488)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		297	163
Outros créditos		<u>60.959</u>	<u>50.963</u>	Sociais e estatutárias		23.455	20.055
Rendas a receber		-	72	Fiscais e previdenciárias	14	7.772	7.486
Recursos pendentes de recebimento	7	57.076	46.812	Outras obrigações - diversas	15	15.220	15.239
Outros créditos - diversos	8	3.883	4.079	Recursos pendentes de recebimento		57.076	46.812
Outros valores e bens		<u>840</u>	<u>325</u>	Recursos não procurados		8.598	7.728
Bens não de uso próprio	10	653	70	Exigível a longo prazo		<u>181.659</u>	<u>256.160</u>
Despesas antecipadas		187	255	Depósitos	12	<u>14.701</u>	<u>16.294</u>
Realizável a longo prazo		<u>156.438</u>	<u>228.017</u>	Depósitos a prazo		14.701	16.294
Operações de crédito		<u>94.487</u>	<u>177.420</u>	Obrigações por empréstimos		<u>80.405</u>	<u>164.171</u>
Setor privado	6a	97.326	180.772	Obrigações por empréstimos e repasses	13	<u>80.405</u>	<u>164.171</u>
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6b	(2.839)	(3.352)	Outras obrigações		<u>86.553</u>	<u>75.695</u>
Outros créditos		<u>61.628</u>	<u>50.032</u>	Outras obrigações - diversas	15	<u>86.553</u>	<u>75.695</u>
Outros créditos - diversos	8	15.932	12.140	Resultado de exercícios futuros		<u>1.277</u>	<u>1.027</u>
Pagamentos a ressarcir	9	71.314	55.623	Resultado de exercícios futuros	17	<u>1.277</u>	<u>1.027</u>
(-) Provisão com pagamentos a ressarcir	9	(25.618)	(17.731)	Participação de não controladores		<u>52.326</u>	<u>52.327</u>
Outros valores e bens		<u>323</u>	<u>565</u>	Patrimônio líquido		<u>81.559</u>	<u>84.631</u>
Despesas antecipadas		301	452	Capital			
Outros valores e bens		22	113	De domiciliados no país	18a	75.000	75.000
Permanente		<u>1.196</u>	<u>1.608</u>	Reservas de lucros		6.558	9.630
Investimentos		<u>5</u>	<u>29</u>	Ajustes de avaliação patrimonial		1	1
Imobilizado de uso	11	<u>584</u>	<u>716</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>525.984</u>	<u>597.728</u>
Imobilizado de uso		2.316	2.294				
Depreciações acumuladas		(1.732)	(1.578)				
Intangível	11	<u>607</u>	<u>863</u>				
Intangível		5.444	5.444				
Amortizações acumuladas		(4.837)	(4.581)				
Total do ativo		<u>525.984</u>	<u>597.728</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016		2015
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		<u>27.646</u>	<u>54.760</u>	<u>49.573</u>
Operações de crédito		23.573	46.003	41.400
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		<u>4.073</u>	<u>8.757</u>	<u>8.173</u>
Despesas da intermediação financeira		<u>(16.565)</u>	<u>(29.155)</u>	<u>(24.532)</u>
Operações de captação no mercado		(6.449)	(12.447)	(10.986)
Operações de empréstimos e repasses		(3.583)	(7.869)	(8.200)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		<u>(6.533)</u>	<u>(8.839)</u>	<u>(5.346)</u>
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>11.081</u>	<u>25.605</u>	<u>25.041</u>
Outras receitas/(despesas) operacionais		<u>9.567</u>	<u>17.202</u>	<u>9.340</u>
Receitas de prestação de serviços		63.056	122.152	108.307
Rendas de tarifas bancárias		303	489	928
Despesas de pessoal		(9.177)	(18.083)	(18.838)
Outras despesas administrativas	21	(34.014)	(67.224)	(64.725)
Despesas tributárias		(8.081)	(15.749)	(13.906)
Outras receitas operacionais	22	2.154	4.560	4.086
Outras despesas operacionais	22	<u>(4.674)</u>	<u>(8.943)</u>	<u>(6.512)</u>
Resultado operacional		<u>20.648</u>	<u>42.807</u>	<u>34.381</u>
Resultado não operacional		<u>(51)</u>	<u>(51)</u>	<u>(10)</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	19	<u>20.597</u>	<u>42.756</u>	<u>34.371</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(8.269)</u>	<u>(16.515)</u>	<u>(11.463)</u>
Provisão para imposto de renda corrente	19	(6.443)	(12.557)	(10.782)
Provisão para contribuição social corrente	19	(3.216)	(6.321)	(5.276)
Ativo fiscal diferido	19	<u>1.390</u>	<u>2.363</u>	<u>4.595</u>
Lucro líquido do semestre / exercício		<u>12.328</u>	<u>26.241</u>	<u>22.908</u>
Atribuível à:				
Controladores		<u>2.638</u>	<u>6.398</u>	<u>6.521</u>
Não controladores		<u>9.690</u>	<u>19.843</u>	<u>16.387</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Legal	Reserva geral de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/ (prejuízos) acumulados			
Saldos em 01 de janeiro de 2015	<u>75.000</u>	<u>410</u>	<u>5.761</u>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>81.174</u>	<u>52.339</u>	<u>133.513</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.521	6.521	16.387	22.908
Dividendos	-	-	-	-	(1.549)	(1.549)	(16.387)	(17.936)
Dividendos complementares AGO 15/04/2015	-	-	(1.512)	-	-	(1.512)	-	(1.512)
Destinações:								
Reserva legal	-	326	-	-	(327)	(1)	-	(1)
Reserva geral de lucros	-	-	4.645	-	(4.645)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(2)	-	(2)	(12)	(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>75.000</u>	<u>736</u>	<u>8.894</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>84.631</u>	<u>52.327</u>	<u>136.958</u>
<i>Mutações do exercício</i>	<u>-</u>	<u>326</u>	<u>3.133</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>3.457</u>	<u>(12)</u>	<u>3.445</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>75.000</u>	<u>736</u>	<u>8.894</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>84.631</u>	<u>52.327</u>	<u>136.958</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.398	6.398	19.843	26.241
Dividendos	-	-	-	-	(1.519)	(1.519)	(19.843)	(21.362)
Dividendos AGOE 26/04/2016	-	-	(7.951)	-	-	(7.951)	-	(7.951)
Destinação:								
Reserva legal	-	320	-	-	(320)	-	-	-
Reserva geral de lucros	-	-	4.559	-	(4.559)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>75.000</u>	<u>1.056</u>	<u>5.502</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>81.559</u>	<u>52.326</u>	<u>133.885</u>
<i>Mutações do exercício</i>	<u>-</u>	<u>320</u>	<u>(3.392)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.072)</u>	<u>(1)</u>	<u>(3.073)</u>
Saldos em 30 junho de 2016	<u>75.000</u>	<u>924</u>	<u>943</u>	<u>1</u>	<u>3.572</u>	<u>80.440</u>	<u>62.480</u>	<u>142.920</u>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	2.638	2.638	9.690	12.328
Dividendos	-	-	-	-	(1.519)	(1.519)	(19.843)	(21.362)
Destinações:								
Reserva legal	-	132	-	-	(132)	-	-	-
Reserva geral de lucros	-	-	4.559	-	(4.559)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>75.000</u>	<u>1.056</u>	<u>5.502</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>81.559</u>	<u>52.326</u>	<u>133.885</u>
<i>Mutações do semestre</i>	<u>-</u>	<u>132</u>	<u>4.559</u>	<u>-</u>	<u>(3.572)</u>	<u>1.119</u>	<u>(10.154)</u>	<u>(9.035)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	2016		2015
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	12.328	26.241	22.908
Ajustes ao resultado:			
Constituição provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6.533	8.839	2.332
Constituição (Reversão) de provisão para contingências	(49)	(49)	50
Constituição de provisão para desvalorização de outros valores e bens	2	2	-
Depreciações e amortizações	227	468	559
Despesas com provisão com comissões	(120)	(842)	(308)
Despesas com provisão com empréstimos	4.187	7.888	5.348
Despesas com provisão com investimentos	37	137	210
Despesas com reversão de outras provisões operacionais	(111)	(529)	20
Custo dos ativos baixados	7	38	14
Despesa de imposto de renda e contribuição social	5.222	10.130	5.279
Juros sobre dívida subordinada	5.514	10.590	8.824
Lucro líquido ajustado	33.777	62.913	45.236
Variações nos ativos e passivos	(28.469)	(32.288)	(2.860)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(6.263)	(3.717)	(1.307)
Redução em relações interfinanceiras	-	-	28
Redução em operações de crédito	31.015	74.771	51.832
(Aumento) / Redução em outros créditos	(8.770)	(27.117)	153
(Aumento) em outros valores e bens	(327)	(412)	(239)
(Redução) / Aumento depósitos a prazo	(1.655)	9.126	(13.830)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(50.521)	(103.821)	(46.259)
Aumento em outras obrigações	7.666	18.633	6.517
Aumento em resultados de exercícios futuros	386	249	247
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(2)
Impostos pagos sobre o lucro	(7.300)	(17.974)	(14.586)
Fluxo de caixa utilizado pelas atividades operacionais	(1.992)	12.651	27.790
Alienação de imobilizado de uso	3	3	3
Aquisição de Imobilizado de uso	(21)	(95)	(180)
Aquisição de intangível	-	-	(11)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimento	(18)	(92)	(188)
Dividendos pagos	-	(25.887)	(17.482)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos	-	(25.887)	(17.482)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(2.010)	(13.328)	10.120
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre/exercício	19.596	30.914	20.794
No fim do semestre/exercício	17.586	17.586	30.914
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(2.010)	(13.328)	10.120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Randon S.A. ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010.

O Banco estava autorizado até 04 de fevereiro de 2016 a operar com as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil. Em 05 de fevereiro de 2016 recebeu a aprovação do Banco Central do Brasil referente o cancelamento da carteira comercial e a partir de 01 de março de 2016 incluiu em suas operações a carteira de investimento. Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas do Grupo Randon no tocante a repasses de crédito BNDES-FINAME, crédito ao consumidor (CDC), financiamentos e empréstimos de capital de giro e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A Randon Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), tem como objetivo a administração de grupos de consórcio para aquisição de bens de consumo duráveis. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.280/2013, essas empresas estão consolidando suas demonstrações financeiras para fins de apresentação do Conglomerado Prudencial.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado Prudencial, o Banco como entidade controladora consolidou suas demonstrações financeiras com as da Administradora de Consórcio, somando os saldos de itens de mesma natureza, e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas. As demonstrações consolidadas foram elaboradas utilizando-se políticas contábeis uniformes para transações e eventos similares.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Diretoria em reunião realizada na data de 20 de março de 2017.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional das Instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro-rata* dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita na Administradora por ocasião do recebimento das parcelas conforme art. 8º, § 2º da Circular n.º 2.381/1993 do Banco Central do Brasil. As despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

c. Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

d. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre/exercício;
- (ii) Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre/exercício.

e. Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência.

A atualização (“*accrual*”) das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As baixas das operações de crédito contra prejuízo (“*write-offs*”) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating “H”, desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

f. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo Bacen nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer e reclassificação da operação para categoria de menor risco.

g. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “*pro rata*” dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

h. Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo, líquido de provisão para perdas, quando aplicável.

i. Bens não de uso próprio

Em alguns casos, bens são reintegrados após a execução dos créditos inadimplentes. Bens reintegrados são mensurados pelo valor justo de mercado, e o montante é registrado em “Bens não de uso próprio”.

j. Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 11, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k. Intangível

Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de *software*, sistema de processamento de dados e sistema de comunicação) que tem por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção. Está demonstrado aos valores de custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão entre 15,3% à 20% a.a., pelo método linear.

l. Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m. Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A provisão é reconhecida para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

- **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutivo é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

o. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base “*pro rata dia*”) e incorridos, assim como, provisão para perda, quando julgada necessária.

p. Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Circular nº 3.171/2002 e Resolução 3.059/2002 do BACEN, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, conforme demonstrado na Nota 19 está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico revisado e atualizado em dezembro de 2016.

q. Resultado de exercícios futuros

Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos.

r. Estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. As informações financeiras da Administradora incluem o valor residual do ativo imobilizado, imposto de renda diferido ativo, provisão para perda a valor de mercado de imóveis destinados a venda, provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa e provisão para perda em aplicações em cotas de consórcios. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

s. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial são patrocinadores de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos. O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefício a Empregados.

Os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições.

t. Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício por ocorrência de uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Operações compromissadas		
Até 30 dias		
Posição Bancada		
Letras do Tesouro Nacional	16.922	29.544
Disponibilidades	664	1.370
Total	17.586	30.914

5 Títulos e valores mobiliários

	2016					2015	
	Sem vencimento	A vencer até 12 meses	A vencer acima de 12 meses	Valores de mercado (contábil)	Valor de custo	Marcação a mercado	Valor de mercado (contábil)
Títulos para negociação							
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	-	24.511	24.511	24.516	24.511	16.956
Fundos de investimento	7.285	-	-	7.285	7.285	7.285	5.820
Certificado de depósito bancário (CDB Pós fixado)	-	10.811	-	10.811	10.811	10.811	9.575
Debêntures compromissadas	-	21.066	-	21.066	21.066	21.066	27.605
Total	<u>7.285</u>	<u>31.877</u>	<u>24.511</u>	<u>63.673</u>	<u>63.678</u>	<u>63.673</u>	<u>59.956</u>

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

O valor de mercado dos investimentos em debêntures compromissadas é correspondente aos preços dos ativos divulgados por fontes externas como o site www.debentures.com. O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP - Mercados Organizados. As aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

6 Operações de crédito

As informações da carteira em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são assim sumariadas:

a. Composição da carteira por modalidade

	2016		2015	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Empréstimos (a)	39.752	11,95	26.211	6,37
Títulos descontados	9.754	2,93	2.191	0,53
Financiamentos (b)	<u>283.255</u>	<u>85,12</u>	<u>382.803</u>	<u>93,10</u>
Total	<u>332.761</u>	<u>100,00</u>	<u>411.205</u>	<u>100,00</u>
Circulante	235.435	70,75	230.433	56,04
Realizável a longo prazo	<u>97.326</u>	<u>29,25</u>	<u>180.772</u>	<u>43,96</u>
Total	<u>332.761</u>	<u>100,00</u>	<u>411.205</u>	<u>100,00</u>

(a) Composto por operações de empréstimo capital de giro.

(b) Composto por operações de financiamento com recursos BNDES/FINAME, CDC, Vendedor e Compror (*Floor Plan*).

b. Diversificação da carteira por vencimento

	2016		2015	
	R\$	%	R\$	%
Vencidos:	8.494	2,55	9.247	2,25
A vencer:				
Até 90 dias	138.463	41,61	120.805	29,38
De 91 até 360 dias	88.478	26,59	100.381	24,41
Acima de 361 dias	<u>97.326</u>	<u>29,25</u>	<u>180.772</u>	<u>43,96</u>
Total	<u>324.267</u>	<u>97,45</u>	<u>401.958</u>	<u>97,75</u>
Total	<u>332.761</u>	<u>100,00</u>	<u>411.205</u>	<u>100,00</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - circulante	(10.143)	78,13	(4.488)	57,24
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - realizável a longo prazo	<u>(2.839)</u>	<u>21,87</u>	<u>(3.352)</u>	<u>42,76</u>
Total provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(12.982)</u>	<u>100,00</u>	<u>(7.840)</u>	<u>100,00</u>
Total da carteira líquida	<u>319.779</u>		<u>403.365</u>	

c. Diversificação da carteira por nível de concentração

	2016		2015	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Principal devedor	12.675	3,81	9.780	2,38
20 maiores devedores seguintes	99.720	29,97	101.930	24,79
Demais devedores	220.366	66,22	299.495	72,83
Total	332.761	100,00	411.205	100,00

d. Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	Percentual de provisão	2016		2015	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
AA	0,00%	2.782	-	11.920	-
A	0,50%	213.215	(1.066)	296.695	(1.483)
B	1,00%	56.932	(569)	56.586	(566)
C	3,00%	37.980	(1.139)	33.426	(1.003)
D	10,00%	4.580	(458)	4.922	(492)
E	30,00%	6.626	(1.988)	4.444	(1.333)
F	50,00%	4.944	(2.472)	32	(16)
G	70,00%	1.373	(961)	779	(546)
H	100,00%	4.329	(4.329)	2.401	(2.401)
Total		332.761	(12.982)	411.205	(7.840)

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2016		2015
	Semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	(8.502)	(7.840)	(5.508)
Constituição de provisão	(12.900)	(17.014)	(10.629)
Reversão de provisão	10.424	15.521	11.350
Créditos baixados contra prejuízo (a)	(2.028)	(3.673)	(3.053)
Saldo final	(13.006)	(13.006)	(7.840)

(*) Foi provisionado o montante de R\$ 24 para fazer frente a eventuais perdas, devido a necessidade de honrar com fianças concedidas pelo Banco, mencionadas na nota 15 b.

(a) Os créditos baixados contra prejuízo obedecem as práticas contábeis descritas na nota 3.f.

e. Composição da carteira de operações de crédito por indexador

	2016		2015	
	R\$	%	R\$	%
Operações pré-fixadas	308.465	92,70	376.813	91,64
Operações pós-fixadas	24.296	7,30	34.392	8,36
Total	332.761	100,00	411.205	100,00

f. Composição da carteira de operações de crédito por atividade econômica e tipo de cliente

	2016		2015	
	R\$	%	R\$	%
Indústria	19.219	5,78	19.579	4,76
Comércio	127.896	38,43	104.181	25,34
Serviços	184.759	55,52	286.133	69,58
Pessoa jurídica	331.874	99,73	409.893	99,68
Pessoa física	887	0,27	1.312	0,32
Total	332.761	100,00	411.205	100,00

g. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$ 1.944 (R\$ 120 em 2015).

h. No semestre findo em 31 de dezembro de 2016 foram renegociadas operações no total de R\$ 14.090 (R\$ 16.493 em 2015). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram renegociadas o equivalente a R\$ 31.902 (R\$ 38.393 em 2015).

7 Recursos pendentes de recebimento - Randon Administradora de Consórcios

Referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes de encerramentos dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular BACEN nº 3.432/2009, sendo que, as respectivas obrigações de ratear os valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas na conta de recursos pendentes de recebimento no passivo.

8 Outros créditos - diversos

	2016	2015
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 19)	17.111	14.747
Adiantamentos diversos (a)	29	47
Devedores diversos	782	601
Direitos por adiantamentos a terceiros (b)	1.686	501
Depósitos judiciais	19	19
Adiantamentos e antecipações salariais	188	304
Total	19.815	16.219
(-) Circulante	(3.883)	(4.079)
Total realizável a longo prazo	15.932	12.140

(a) O valor de adiantamentos diversos refere-se a adiantamento de viagens e adiantamento a fornecedores.

(b) Referem-se a adiantamentos concedidos a fornecedores, relativos a recursos antecipados de grupos de consórcios, efetuados de acordo com a Carta-Circular nº 3.047/02 do Banco Central do Brasil, sendo que as respectivas antecipações estão registradas na conta de obrigações por adiantamentos de terceiros. Valor também é apresentado na nota explicativa nº 15e (Outras obrigações - diversas).

9 Pagamentos a ressarcir - Randon Administradora de Consórcios

Estão assim representados:

	2016	2015
Empréstimos a grupos encerrados (a)	34.188	27.891
Cotas adquiridas de grupos em andamento (b)	37.126	27.732
Total	71.314	55.623
(-) Provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados (a)	(25.618)	(17.731)
Total	45.696	37.892

- (a) Empréstimos a grupos e provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados:

Referem-se a empréstimos realizados a grupos de consórcios administrados pela Administradora e a respectiva provisão de perda constituída pela Administradora conforme a avaliação da realização destes empréstimos através da análise da situação financeira dos grupos tomadores.

- (b) Cotas de consórcio:

Referem-se a cotas de consórcio dos grupos de imóveis e outros bens, administrados pela própria Administradora. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o saldo em aberto estava composto de investimentos nos seguintes segmentos de consórcios:

Segmento	2016	2015
Bens imóveis	9.969	11.251
Bens móveis	27.157	16.481
Total	37.126	27.732

Os valores referem-se a investimentos em grupos de imóveis e em grupos de bens móveis, sendo eles automóveis, máquinas e equipamentos agrícolas, carrocerias, caminhões e ônibus.

Em atendimento a Lei nº 11.795, de 08 de outubro de 2008, os créditos correspondentes a participação da Administradora em grupos de consórcios por ela administrados são atribuídos após a contemplação de todos os demais consorciados do grupo, sendo desta forma integralmente registrada em ativo não circulante.

10 Bens não de uso próprio

	2016			2015
	Custo	Provisão para desvalorização	Custo líquido de provisão	Custo líquido
Veículos e afins	170	-	170	-
Outros	485	(2)	483	70
Total	655	(2)	653	70

Os ativos não circulantes recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores quando reintegrados, são considerados bens não de uso próprio. Os bens não de uso próprio são mensurados e contabilizados pelo valor justo de mercado e destinados à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada em até um ano.

11 Imobilizado de uso e intangível

	2016			2015		Taxas anuais médias de depreciação %
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido		
Imobilizado de uso						
Móveis e utensílios e instalações	914	(703)	211	272		8,6 a 10
Equipamentos de informática	1.129	(880)	249	268		15,1 a 20
Sistemas de transporte	235	(128)	107	154		10 a 20
Outras imobilizações	38	(21)	17	22		10 a 20
Total	<u>2.316</u>	<u>(1.732)</u>	<u>584</u>	<u>716</u>		
Intangível						
Sistemas de processamento de dados	5.140	(4.599)	541	769		15,3
Sistema de comunicação	11	-	11	11		-
Software e licença de uso	293	(238)	55	83		20
Total	<u>5.444</u>	<u>(4.837)</u>	<u>607</u>	<u>863</u>		
Total imobilizado de uso e intangível	<u>7.760</u>	<u>(6.569)</u>	<u>1.191</u>	<u>1.579</u>		

12 Depósitos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os depósitos a prazo estavam sendo remunerados à taxas que variam de 35% a 99% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	2016					Total
	Circulante	Exigível a longo prazo			Total	
		Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses		
Depósitos a prazo	12.430	11.902	2.799	-	14.701	27.131
Total	<u>12.430</u>	<u>11.902</u>	<u>2.799</u>	<u>0</u>	<u>14.701</u>	<u>27.131</u>

2015

	Circulante		Exigível a longo prazo		Total	Total
	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses		
Depósitos a prazo	1.710	11.670	2.621	2003	16.294	18.004
Total	1.710	11.670	2.621	2.003	16.294	18.004

13 Obrigações por empréstimos e repasses

2016

	Circulante			Exigível a longo prazo	
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total circulante	Acima de 12 meses	Total
Repasses no país - Finame	23.408	60.889	84.297	80.405	164.702
Total	23.408	60.889	84.297	80.405	164.702

2015

	Circulante			Exigível a longo prazo	
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total circulante	Acima de 12 meses	Total
Repasses no país - Finame	27.686	76.667	104.353	164.171	268.524
Total	27.686	76.667	104.353	164.171	268.524

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2020. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 8,4% a.a. a 11,50% a.a., além das variações do indexador TJLP, e, (b) nas operações pré-fixadas de 0% a.a. até 20,46% a.a.

14 Fiscais e previdenciárias

	2016	2015
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	5.191	5.072
Impostos e contribuições a recolher	2.581	2.414
Total	7.772	7.486

15 Outras obrigações - diversas

	2016	2015
Circulante		
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	2.363	2.394
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	1	50
Provisão para fianças de liquidação duvidosa (b)	24	-
Credores diversos - país	165	268
Saldo remanescente de grupos a pagar (c)	6.714	6.133
Provisões diversas (d)	3.685	5.348
Fornecedores	293	288
Obrigações por adiantamentos a terceiros (e)	1.685	501
Outros débitos	290	257
Total circulante	15.220	15.239
Exigível a longo prazo		
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	433	165
Dívida subordinada elegível a capital (f) (Nota 23)	86.120	75.530
Total exigível a longo prazo	86.553	75.695
	101.773	90.934

- a) Referem-se a despesas de pessoal, provisões de encargos e outras despesas administrativas a pagar.
- b) As garantias prestadas pelo Banco em função de fianças concedidas montam a R\$ 2.392, registradas em contas de compensação e referem-se a fianças a terceiros, cujos contratos preveem encargos financeiros e contam com garantias constituídas pelos beneficiários. Para fazer frente a eventuais perdas devido à necessidade de honrar com tais fianças, foi provisionado o montante de R\$ 24, classificado em Outras Obrigações, no passivo circulante. O Banco entende que nenhuma provisão adicional, em 31 de dezembro de 2016, foi necessária para cobertura de perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada.
- c) Referem-se a obrigações decorrentes de encerramentos dos grupos de consórcio cujos recursos foram transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, atualizadas de acordo com os rendimentos proporcionados pelas aplicações dos recursos.
- d) Referem-se a provisão para comissões e outros gastos.
- e) Referem-se a adiantamentos recebidos de grupos de consórcio que foram concomitantemente repassados na forma de adiantamentos concedidos a fornecedores, conforme mencionado na nota explicativa nº 8 b.
- f) Em 17 de dezembro de 2013, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13 o Banco efetuou operação de captação, através de emissão de Letra Financeira Subordinada junto a Randon S.A. Implementos e Participações, controladora do Grupo Randon. A captação de recursos no valor de R\$ 60.000 com vencimento em 15 de dezembro de 2023, possui remuneração mensal de 100% do CDI, pagos semestralmente a partir de 09 de julho de 2019.

16 Contingências

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são partes em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e outros assuntos.

Com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, é constituída a provisão para contingência tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2016 as ações judiciais com perda provável e possível atualizadas montam os valores de:

Natureza	2016		2015	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Trabalhista (*)	433	697	165	152
Tributário	-	64	-	57
Cível				
Danos morais	-	50	50	-
Ordinária	-	10	-	-
Cautelar exhibitória	1	-	-	-
Revisional	-	-	-	1
Total	434	821	215	210

(*) A Administradora figura como parte envolvida em outros processos judiciais de natureza trabalhista com probabilidade de perda possível para as quais de acordo com seus assessores, há possibilidade de que a Administradora seja desvinculada destes processos, não mais figurando como requerida dos mesmos.

Movimentação da provisão para passivo contingentes

	2016	2015
Saldo inicial	215	149
Constituição (reversão) de provisão	219	66
Saldo final	434	215

17 Resultado de exercícios futuros

	2016	2015
Comissão por financiamento (a)	1.257	1.027
Comissões por coobrigações a receber/carta fiança (b)	20	-
Total	1.277	1.027

- (a) As comissões por financiamento representam receitas de encargos financeiros de operações de crédito pagas antecipadamente pela Randon S.A. Implementos e Participações e outras empresas do Grupo. A comissão é apurada pela diferença entre a aplicação da taxa de juros praticados pelo Banco e a taxa de juros estabelecida pela promoção da conveniada nas modalidades de financiamento de Vender, CDC e Comprovar (*Floor Plan*), conforme contratos de convênio para financiamento firmado entre as empresas do Grupo Randon.
- (b) As comissões por coobrigações a receber pagas antecipadamente, estão relacionadas a emissão de carta fiança pelo Banco à pessoa jurídica não financeira. A comissão foi calculada nos termos dos contratos emitidos.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$ 75.000, representado por 39.823.221 ações ordinárias e 39.823.221 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

b. Dividendos

As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado nos Termos da Lei das Sociedades Anônimas de cada período. O dividendo será pago dentro do exercício em que for declarado quando houver lucros passíveis de distribuição.

Em 05 de maio de 2016, foram pagos dividendos, aprovados em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2016, relativos à data-base 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$ 9.500, sendo dividendos complementares de R\$ 7.951.

Demonstração do cálculo dos dividendos:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	6.398	6.521
(-) Reserva legal	(320)	(326)
Base de cálculo dos dividendos	6.078	6.195
Dividendos limitados a 25% da base	1.519	1.549

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404. No ano de 2016 e 2015 houve a constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro líquido.

d. Reservas estatutárias

As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal, e destina-se a investimentos e a manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

19 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 20% no Banco e 9% na Administradora, e a provisão para imposto de renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre).

Os créditos tributários diferidos ativos apresentados em 31 de dezembro de 2016 são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais sobre o saldo das diferenças temporárias, que foram as seguintes: de 25% para o imposto de renda, e para a contribuição social de 20% até o exercício de 2018 e de 15% a partir do exercício de 2019 considerando o disposto na Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015 para o Banco. Para a Administradora a alíquota da contribuição social sobre os créditos tributários diferidos é de 9%.

	2016		2015
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	20.597	42.756	34.371
Encargos (IRPJ e CSLL) à alíquota nominal de 25% e 20%, respectivamente - (Banco) (a)	(2.175)	(5.285)	(4.136)
Encargos (IRPJ e CSLL) à alíquota nominal de 25% e 9%, respectivamente - (Administradora)	(5.360)	(10.544)	(8.301)
Adições permanentes	(144)	(260)	(306)
Exclusões permanentes	(552)	(317)	699
Outros ajustes (b)	(38)	(109)	581
Total	(8.269)	(16.515)	(11.463)
IRPJ e CSLL correntes	(9.659)	(18.878)	(16.058)
IRPJ e CSLL diferidos	1.390	2.363	4.595
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(8.269)	(16.515)	(11.463)
Alíquota efetiva	40,15%	38,63%	33,35%

- (a) No Banco, a alíquota de CSLL até agosto de 2015 correspondia a 15%. A partir de setembro de 2015, a alíquota passou a ser 20%.
- (b) Do valor demonstrado para exercício 2015, R\$ 543 se refere ao aumento de 5% na alíquota de CSLL diferida sobre as bases patrimoniais em setembro de 2015 do Banco.

b. Movimentação dos créditos tributários

A movimentação dos créditos tributários no período é como segue:

	Saldo em 01/01/2015	Constituição	Constituição em 09/2015 - aumento de 5% alíq. CSLL s/saldo patrimonial	Realização	Saldo em 31/12/2015
Adições temporárias					
PCLD	2.346	6.981	469	(4.873)	4.923
Receitas diferidas	312	5.198	53	(5.101)	462
Participações dos funcionários no resultado (PLR)	-	202	20	(222)	-
Provisão para contingências	44	37	1	(2)	80
Provisão para perda de outros valores e bens	9	-	-	(9)	-
Provisão para perda de outros créditos	29	-	-	(29)	-
Provisão para perda de pagamentos a ressarcir	4.210	2.464	-	(646)	6.028
Provisão para pagamento de devedores diversos	891	71	-	(80)	882
Provisão para comissões	1.640	9.966	-	(10.071)	1.535
Outros	670	1.487	-	(1.320)	837
Ativo fiscal diferido (Nota 8)	10.151	26.406	543	(22.353)	14.747

Banco Randon S.A.
*Demonstrações financeiras consolidadas do
conglomerado prudencial em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

	Saldo em 01/01/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Adições temporárias				
PCLD	4.923	10.777	(9.843)	5.857
Rendas Diferidas	462	6.184	(6.080)	566
Rendas de garantias financeiras prestadas	-	11	(2)	9
Participações dos funcionários no resultado (PLR)	-	193	(193)	-
Provisão para contingências	80	90	(23)	147
Provisão para perda de pagamentos a ressarcir	6.028	3.673	(991)	8.710
Provisão para pagamento de devedores diversos	882	48	(930)	-
Provisão para comissões	1.535	14.000	(14.286)	1.249
Provisão s/garantias financeiras prestadas	-	11	-	11
Marcação a mercado	-	10	(8)	2
Desvalorização de outros valores e bens	-	1	-	1
Outros	837	1.894	(2.172)	559
	<u>14.747</u>	<u>36.892</u>	<u>(34.528)</u>	<u>17.111</u>
Ativo fiscal diferido (Nota 8)				

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano de realização	<u>2016</u>
2017	4.896
2018	5.423
2019	3.356
2020	1.763
2021	<u>1.673</u>
Total	<u><u>17.111</u></u>

O valor presente dos créditos tributários, calculados em cada empresa considerando a taxa média de captação (Banco) e o custo de capital (Administradora), montam R\$ 5.170 (R\$ 4.147 em 2015 à taxa de 14,15% a.a.) e R\$ 5.628 (R\$ 8.072 em 31 de dezembro de 2015), com uma taxa média de 11,54% a.a. e 15% a.a, respectivamente, com base nas projeções definidas pelo Banco e Administradora.

20 Receitas de prestação de serviços - Randon Administradora de Consórcios

Refere-se, basicamente, a taxa de administração cobrada dos grupos de consórcio.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos, no ato do recebimento das prestações mensais para aquisição de bens, em média de 14,76% (13,03% em 31 de dezembro de 2015) sobre o valor da referida contribuição.

21 Outras despesas administrativas

	2016		2015
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Comissões sobre vendas	21.690	41.860	38.030
Serviços de terceiros	3.576	6.446	5.084
Propaganda e publicidade	1.372	2.272	2.258
Despesas de promoções e relações públicas	1.443	2.990	4.725
Participação dos empregados	459	2.000	2.203
Manutenção e conservação de bens	955	1.738	1.695
Perdas com empréstimos a grupos	637	2.427	2.245
Despesas de processamento de dados	494	1.185	1.456
Despesas de serviços técnicos especializados	768	1.346	1.398
Despesas de viagem no país	667	1.166	1.442
Outras despesas administrativas	1.953	3.794	4.189
Total	34.014	67.224	64.725

22 Outras receitas e despesas operacionais

As contas de outras despesas e receitas operacionais possuem a seguinte composição:

	2016		2015
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receita de equalização de taxa BNDES PSI2012/09	57	118	132
Taxa de manutenção de consorciados não localizados	459	930	887
Outras receitas operacionais	200	425	176
Reversão de provisões operacionais	176	460	612
Multa e juros recebidos	906	1.852	1.397
Variações monetárias ativas	356	775	882
Total outras receitas operacionais	2.154	4.560	4.086
Despesas com processos judiciais	(9)	(13)	(24)
Despesas com outras provisões	(4.441)	(8.495)	(6.379)
Despesas de multa e juros	(7)	(8)	-
Outras despesas eventuais	(190)	(400)	(106)
Outras despesas operacionais	(27)	(27)	(3)
Total outras despesas operacionais	(4.674)	(8.943)	(6.512)

23 Transações com partes relacionadas

a. Transações e saldos

	2016			2015	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Randon S.A. Implementos e Participações					
Depósitos a prazo (Passivo)	(18.159)	-	-	(11.113)	-
Despesas com depósitos a prazo – ligadas	-	(471)	(859)	-	(1.373)
Dívida Subordinada	(86.120)	(5.514)	(10.590)	(75.530)	(8.824)
Fornecedores	(2)	-	-	(16)	-
Despesas Administrativas	-	(2.282)	(4.583)	-	(3.679)
	<u>(104.281)</u>	<u>(8.267)</u>	<u>(16.032)</u>	<u>(86.659)</u>	<u>(13.876)</u>
Outras empresas do Grupo Randon					
Bônus por financiamento (Resultado de exercícios futuros) (*)	(1.257)	-	-	(1.027)	-
Receita de bônus por financiamento	-	7.082	13.479	-	12.321
Depósitos a prazo (passivo)	(3.789)	-	-	-	-
Despesas com depósitos a prazo - ligadas	-	(96)	(179)	-	-
Outros créditos	452	-	-	602	-
Fornecedores	-	-	-	(3)	-
Despesas administrativas	-	(111)	(206)	-	(161)
	<u>(4.594)</u>	<u>6.875</u>	<u>13.094</u>	<u>(428)</u>	<u>12.160</u>
Total	<u>(108.875)</u>	<u>(1.392)</u>	<u>(2.938)</u>	<u>(87.088)</u>	<u>(1.716)</u>

(*) Refere-se a equalização de taxa pago pelas empresas do Grupo Randon para incentivo ao financiamento de seus clientes nas modalidades de financiamento de Vendor, Compror (*Floor Plan*), CDC e Finame.

As operações com partes relacionadas não foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos.

Os grupos de consórcio possuem adiantamentos a fornecedores em aberto com a Randon S.A. Implementos e Participações (controladora), mencionados nas notas explicativas nº. 8b e 15e, no montante de R\$ 1.685 (R\$ 501 em 2015). A Randon S.A. Implementos e Participações (controladora) possui investimentos em cotas de grupos de consórcios mantidos pela Administradora, no montante de R\$ 24.215 (R\$ 20.234 em 31 de dezembro de 2015).

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 1.806 (R\$ 1.807 em 2015), referente à benefícios de curto prazo, e R\$ 30 (R\$ 28 em 2015), referente a benefícios de longo prazo na administradora.

O Banco não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

A Administradora não pagou rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

24 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Banco e a Administradora não possuem operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

25 Limite operacional (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras são obrigadas a manter permanentemente capital (patrimônio de referência), compatível com os riscos de suas atividades.

Atualmente no Brasil o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência corresponde a 9,875% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), decaindo gradualmente até 8% em 2019. Em contrapartida, a partir do primeiro trimestre de 2016 as normas do BACEN estabelecem um Adicional de Capital Principal (ACP), que corresponde à soma das parcelas ACPConservação, ACPCContracíclico e ACPSistêmico que, em conjunto com as exigências mencionadas no parágrafo anterior, aumentam as exigências de capital ao longo do tempo.

O índice de Basileia do Conglomerado Prudencial para 31 de dezembro de 2016 é de 32,37% apurado conforme Circular nº. 3.678/13 do BACEN. (30,29% em 31 de dezembro de 2015).

26 Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital

A área de riscos do Banco em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012, destacam os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos Operacionais, de Mercado, de Crédito, de Capital e de Liquidez utilizadas pelo Banco. As descrições completas destas estruturas, assim como informações relativas à Razão de Alavancagem e Adicional de Capital Principal encontram-se disponíveis para consulta no Relatório de Gerenciamento de Riscos, disponível no endereço eletrônico www.bancorandon.com.br.

Risco de crédito

O risco de crédito conforme Resolução CMN nº 3.721/2009, corresponde à possibilidade de perdas financeiras pelo Banco decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, o Banco adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter as exposições a níveis aceitáveis.

Risco de mercado

Risco de mercado conforme Resolução CMN nº 3.464/2007 tem como objetivo apurar valor relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, sendo o seu valor reservado no patrimônio de referência. As exposições de risco de mercado do Banco, são controladas e administradas através da gestão dos descasamentos de moedas, vencimentos e taxas de juros.

Risco operacional

A Resolução CMN nº 3.380/2006 dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional das instituições financeiras. O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Com a finalidade de gerir e mitigar o risco operacional, a área de riscos do Banco mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no mapeamento dos eventos de perda, além de mensurar os impactos de perda operacional.

Risco de liquidez

A Resolução CMN nº 4.090/2012 dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez, que é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira de o Banco honrar suas obrigações. A área de tesouraria diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez da Instituição, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

Gerenciamento do capital

O gerenciamento de Capital conforme Resolução CMN nº 3.988/2011 compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual o Banco está sujeito. A estrutura de gerenciamento do Banco planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

Compromissos e responsabilidades

Coobrigações por garantias prestadas

O Banco concedeu cartas de fiança a terceiros, cujos contratos preveem encargos financeiros e contam com garantias constituídas pelos beneficiários, cujo saldo em 31 de dezembro de 2016 está representado por R\$ 2.392.

* * *

Conselho de Administração

Presidente: Alexandre Randon

Vice-Presidente: Astor Milton Schmitt

Conselheiro: Erino Tonon

Diretoria

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini

Diretor Administrativo: Jaime Marchet

Diretor Comercial: Geraldo Santa Catharina

Contadora

Renata Elisa Zini Gil

CRC/RS-073143/O-1